

Aula 00

*PC-RO (Técnico em Necropsia) Medicina
Legal*

Autor:

Alexandre Herculano

08 de Janeiro de 2023

Sumário

Perícia e Peritos.....	2
1 - Perícias.....	3
2 - Exame de Corpo de Delito	7
3 - Prazo para elaboração do exame e do laudo pericial.....	13
4 - Lesão Corporal e a Perícia.....	17
5 - Principais perícias elencadas no Código de Processo Penal	19
Questões comentadas.....	22
Lista de Questões.....	29
Gabarito	42



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, meus amigos!

Hoje vou abordar Perícia: Definição e Conceitos; Requisição; Prazo para elaboração do exame e do laudo pericial e principais perícias elencadas no Código de Processo Penal.

Vou abordar várias questões durante a aula e, no final, faremos mais algumas questões sobre Perícia e Peritos.

Vamos lá!

PERÍCIA E PERITOS

O termo perícia vem do latim que "significa experiência, saber, habilidade", sendo necessária sua realização em alguns casos por meio de **peritos especializados em determinadas áreas** como, por exemplo, medicina, química, biologia, direito e outros ramos. Pode ser considerada uma diligência na qual busca encontrar a veracidade através da análise dos vestígios deixados por uma infração.

Para se realizar a perícia **é necessário que o delito praticado tenha deixado vestígios**, como determina o art. 158, do Código de Processo Penal, quando dispõe que o exame é indispensável, não sendo suprido nem mesmo pela confissão do acusado, haja vista que o mesmo poderá confessar algo que não fez para beneficiar outro que tenha praticado o ato criminoso.

Esse assunto cai bastante, principalmente uma parte jurídica que vai do **artigo 158 ao 184 do Código de Processo Penal**, e também, o artigo 6º dessa norma.

Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a **autoridade policial**, que é o Delegado de Polícia, deverá dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada **dos peritos criminais** para realização de perícias. Além disso, o Delegado, vai também, **apreender os objetos** que tiverem relação com o fato, mas só após a liberação pelos peritos criminais.



1. (2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Médico Legista) O Código de Processo Penal, em seu Artigo 6º, determina que todo local de crime deve ser preservado até a chegada dos Peritos Criminais. Quem é responsável pelo isolamento e preservação do local?

- a) Familiar da vítima.
- b) Agente de trânsito.



- c) Autoridade Policial.
- d) Policial Militar.
- e) Juiz.

Comentários: muitas vezes quem chega primeiro no local de um crime é o Policial Militar, o qual deverá fazer a preservação daquele. Mas a norma menciona que é a autoridade policial (Delegado de Polícia). A **alternativa C** é a correta e gabarito da questão.

2. (2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Médico Legista) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

- I. Se possível e conveniente, dirigir-se ao local, providenciando para que não se altere o estado e a conservação das coisas, enquanto necessário.
- II. Apreender imediatamente os instrumentos e todos os objetos que tiverem relação com o fato.
- III. Apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos Peritos Criminais.
- IV. Dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e a conservação das coisas até a chegada dos Peritos Criminais.

Quais estão corretas?

- a) Apenas II.
- b) Apenas IV.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e IV.
- e) Apenas III e IV.

Comentários: regras do art. 6º do CPP que vimos acima. A **alternativa E** é a correta e gabarito da questão.

1 - Perícias

Perícias são diligências que **possuem a finalidade de estabelecer a veracidade ou a falsidade de situações, fatos ou acontecimentos, de interesse da justiça por meio de provas**. São verificações (análises) de todo o vestígio de uma infração, cabe lembrar aqui, que vestígio e indícios não são sinônimos. Elas podem ser divididas em grupos.



As perícias podem ser divididas em quatro grupos:

- exame médico-legal, feito em pessoas vivas
- exame de necropsopia, feito sobre cadáveres
- exame de exumação, feito em cadáver já sepultado
- exames laboratoriais



Qualquer marca, fato, sinal que seja detectado em local onde tenha sido praticado fato delituoso é, em tese, um vestígio. Agora, após esse ser devidamente analisado, interpretado e associado com os exames laboratoriais e dados da investigação policial daquele fato, enquadrando-se em toda sua moldura, tiver estabelecida sua inequívoca relação com o fato delituoso e com as pessoas com esse relacionadas, aí ele terá se transformado em um indício.

É importante vocês saberem que o Código de Processo Penal - CPP, menciona que sempre que uma infração deixar vestígios é indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo suprimi-lo a confissão do acusado. As perícias devem ser **realizadas por peritos oficiais, aqueles concursados (em regra somente um)**, portadores de diploma de curso superior e que na falta de perito oficial, o exame deve ser feito por duas pessoas idôneas portadoras de diploma de curso superior e de preferência na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame. E, caso tenha desaparecido os vestígios, o exame não poderá ser realizado, contudo a prova testemunhal poderá suprir a falta daquele. Então, uma perícia pode ser realizada direta e indiretamente.



3. (2018 – CESPE – PC-MA - Médico Legista) Com relação à perícia médico-legal e aos exames periciais, assinale a opção correta.

- a) É permitido ao perito assinar laudos mesmo sem ele ter participado diretamente dos exames periciais.
- b) O exame realizado por um único perito é considerado válido no processo penal.
- c) O exame pericial pode ser realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma superior, escolhidas, de preferência, entre as que tiverem habilitação técnica relacionada à natureza do exame, onde não houver peritos oficiais.
- d) O corpo de delito direto é composto por depoimento de testemunhas, fichas hospitalares, boletins médicos e confissão extrajudicial.
- e) No corpo de delito indireto, há vestígios materiais de infrações legais.

Comentários: na letra B, há a possibilidade de ser válido quando é um perito oficial, que é aquele concursado. A **alternativa C** é a correta e gabarito da questão.

4. (2016 – CESPE – PC-PE - Delegado de Polícia) Com relação aos conhecimentos sobre corpo de delito, perito e perícia em medicina legal e aos documentos médico-legais, assinale a opção correta.

- a) Perícia é o exame determinado por autoridade policial ou judiciária com a finalidade de elucidar fato, estado ou situação no interesse da investigação e da justiça.
- b) O atestado médico equipara-se ao laudo pericial, para serventia nos autos de inquéritos e processos judiciais, devendo ambos ser emitidos por perito oficial.
- c) Perito oficial é todo indivíduo com expertise técnica na área de sua competência incumbido de realizar o exame.



- d) É inválido o laudo pericial que não foi assinado por dois peritos oficiais.
- e) Define-se corpo de delito como o conjunto de vestígios comprobatórios da prática de um crime evidenciado no corpo de uma pessoa.

Comentários: vamos ver abaixo que o laudo é um relatório médico-legal, e não tem nada a ver com atestado. Ambos são documentos médico-legais. A **alternativa A** é a correta e gabarito da questão.

As perícias se **materializam por meio dos laudos periciais**, mais a frente eu vou falar sobre documentos legais, são muito cobrados nos concursos - os laudos são constituídos de peça escrita, contendo a descrição minuciosa do que foi examinado, as respostas aos quesitos formulados, além de outras provas. É importante também saber, que quando existir divergências entre dois peritos a respeito da mesma matéria, a perícia é denominada contraditória; sendo assim, o magistrado pode aceitar o que julgar conveniente ou nomear um terceiro perito.

Assim, faz-se necessário estudarmos uma parte do Código de Processo Penal, o qual contemplou um conjunto de regras que regulamentam a produção de provas no âmbito do processo criminal. Dessa forma, estabeleceu normas gerais relacionadas aos requisitos a serem utilizados pelo magistrado na valoração dos elementos de convicção carregados ao processo e ao ônus probante, bem como disciplinou determinados meios específicos de prova, ou seja, elementos trazidos ao processo capazes de orientar o juiz na busca da verdade dos fatos.

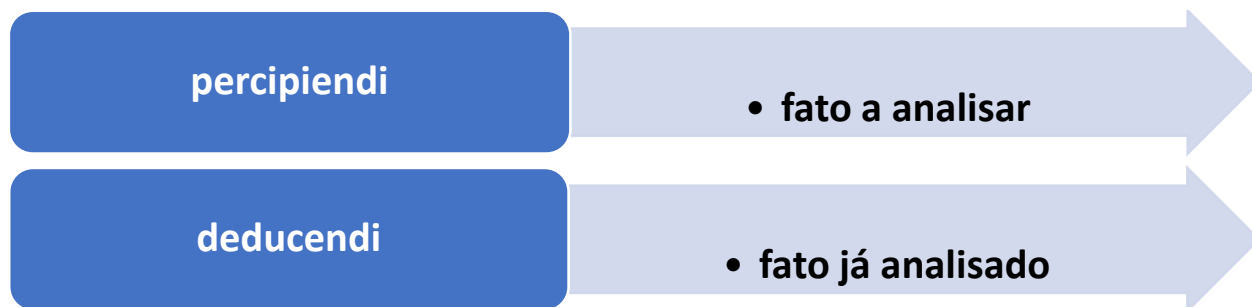
Muito importante nesse estudo é o conceito e finalidade da prova, e Guilherme de Souza Nucci destaca bem que "prova é o conjunto de elementos produzidos pelas partes ou determinados pelo juiz visando à formação do convencimento quanto a atos, fatos e circunstâncias, assim, o termo prova deriva do latim probatio, que significa ensaio, verificação, inspeção, exame, argumento, razão, aprovação ou confirmação."

No processo penal, a produção da prova objetiva auxiliar na formação do convencimento do juiz quanto à veracidade das afirmações das partes em juízo. Não se destina, portanto, às partes que a produzem ou requerem, mas ao magistrado, possibilitando, destarte, o julgamento de procedência ou improcedência da ação penal.

Outra informação importante, e que **as bancas gostam de cobrar**

A perícia, segundo seu modo de realizar-se, pode ser **sobre o fato a analisar (peritia percipiendi)** ou sobre uma perícia já realizada (pericia deducendi), o que para alguns constitui-se em um Parecer. Assim, a pericia percipiendi é aquela procedida sobre fatos cuja avaliação é feita baseada em alterações ou perturbações produzidas por doença ou, mais comumente, pelas diversas energias causadoras do dano. Ou seja, pericia percipiendi é aquela em que o perito é chamado para conferir técnica e cientificamente um fato **sob uma óptica quantitativa e qualitativa**. Já a **pericia deducendi**, a análise feita sobre fatos passados com relação aos quais possam existir **contestação ou discordância** das partes ou do julgador. Aqui o perito é chamado para avaliar ou considerar uma apreciação sobre **uma perícia já realizada**.





Na perícia deducendi quando realizada por uma discordância, alguns especialistas a chamam de **perícia contraditória**, que é a perícia da Justiça em que os dois peritos não chegam, no crime, a um ponto de vista comum. É a que, realizada por peritos da Justiça e das partes, não coincide com exatidão. É a conclusão procedida por um terceiro perito para corrigir ou confirmar perícia anterior.



5. (FUMARC – PC-MG – Médico Legista) É correto o que se afirma, EXCETO em:

- A) Perícia percipiendi é aquela em que o perito é chamado para conferir, técnica e cientificamente, um fato sob a ótica quantitativa e qualitativa.
- B) A perícia, segundo seu modo de realizar-se, pode ser sobre o fato a analisar (perícia deducendi) ou sobre uma perícia já realizada (perícia percipiendi).
- C) Perícia deducendi é a análise feita sobre fatos pretéritos com relação àqueles sobre os quais possa existir contestação ou discordância das partes ou do julgador.
- D) Define-se perícia médico-legal como um conjunto de procedimentos médicos e técnicos que tem como finalidade o esclarecimento de um fato de interesse da justiça.

Comentários: a perícia percipiendi é aquela procedida sobre fatos cuja avaliação é feita baseada em alterações ou perturbações produzidas por doença ou, mais comumente, pelas diversas energias causadoras do dano. Já a perícia deducendi, a análise feita sobre fatos passados com relação aos quais possam existir contestação ou discordância das partes ou do julgador. A **alternativa B** é a correta e gabarito da questão.

6. (2018 – CESPE – PC-MA - Médico Legista) Na perícia médico-legal, a perícia contraditória é definida como



- a) procedimento que gera relatórios individualizados que não chegam a um ponto de vista comum.
- b) exame pericial realizado por um só perito.
- c) exame realizado sobre vestígios materiais.
- d) conjunto de procedimentos médicos e técnicos que tem como finalidade o esclarecimento de um fato de interesse da justiça.
- e) declaração tomada a termo em audiência de instrução e julgamento sobre fatos obscuros ou conflitantes.

Comentários: é aquela realizada por peritos da Justiça e das partes, não coincide com exatidão. A **alternativa A** é a correta e gabarito da questão.

2 - Exame de Corpo de Delito

Esse ponto é importante demais para sua prova! **As bancas exploram bem.**

O exame de corpo de delito compreende-se a perícia destinada à comprovação da materialidade das infrações que deixam vestígios (Ex: lesões corporais, furto qualificado pelo arrombamento, dano etc.). A própria nomenclatura utilizada – corpo de delito – sugere o objetivo dessa perícia. Assim, não se pode falar em exame de corpo de delito quando ausente um vestígio em consequência da prática delituosa.

Podemos notar que o art. 158 **refere-se a exame de corpo de delito direto e indireto**. Assim, considera-se direto quando realizado pelo expert diante do vestígio deixado pela infração penal, por exemplo, a necropsia no cadáver. Por outro lado, o exame indireto é aquele realizado com base em informações verossímeis fornecidas aos peritos quando não dispuserem estes do vestígio deixado pelo delito. Imagine-se um delito de estupro, sendo submetida a vítima à perícia de conjunção carnal ocorrida um mês antes.

Não mais sendo constatado o vestígio em face do tempo decorrido, poderão os experts elaborar laudo indireto, a partir, por exemplo, de atestado do médico particular da vítima que a tenha examinado logo após a ocorrência. Nesse caso, o laudo indireto limitar-se-á a um juízo de compatibilidade, vale dizer, a afirmar que a realidade constatada é compatível com as referências constantes no documento que lhes foi apresentado.

É muito comum, na doutrina, a divergência no conceito entre o exame de corpo de delito indireto e a possibilidade de suprimimento da perícia pela prova testemunhal em razão do desaparecimento do vestígio. É que, apesar da obrigatoriedade da perícia determinada pelo art. 158 quando se tratar de crime que deixa vestígios, o Código de Processo Penal - CPP, estabeleceu que, quando o vestígio houver desaparecido, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta. Esta possibilidade de suprimimento não se confunde com o chamado exame indireto.

No exame indireto há um laudo, firmado por peritos. Diferente é a situação de suprimimento da perícia com base em testemunhas que vierem a prestar depoimento em juízo a respeito do vestígio do crime que tenham presenciado, caso em que se estará não diante de uma prova pericial indireta, mas sim de uma prova testemunhal.



Essa a reunião dos arts. 158 e 167, o primeiro classificando o exame de corpo de delito como direto ou indireto, e o segundo tratando da impossibilidade de realização do exame de corpo de delito, caso em que seria possível o suprimento pela prova testemunhal.

O art. 158 do CPP, como já mencionei, **determina que, quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto**, não podendo supri-lo a confissão do acusado. Esta regra guarda correspondência com o art. 564, III, b, do CPP, dispondo que constitui nulidade a falta do exame de corpo de delito, salvo o disposto no art. 167 do mesmo Código. Este, por sua vez, refere a possibilidade de suprimento do exame de corpo de delito pela prova testemunhal quando o vestígio houver desaparecido.

Uma informação importante é a questão **de prioridade para exame de corpo de delito**. A norma menciona que quando se tratar de crime que envolva: violência doméstica e familiar contra mulher; ou violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência haverá prioridades para essas pessoas.

O art. 159, caput, menciona que o exame de corpo de delito deverá ser realizado por perito oficial portador de curso superior. Assim, perito oficial, o qual tem autonomia, é aquele que pertence aos quadros do Estado, aquele concursado.

Ao empregar a palavra “perito” no singular, o CPP aboliu a exigência de dois peritos para a realização do exame. Basta somente um perito. O CPP prevê que, **na falta de perito oficial, poderá a perícia ser realizada por dois peritos não oficiais (peritos leigos)**, como tal consideradas as pessoas idôneas, portadoras de curso superior preferencialmente na área que constitui o objeto da perícia, que possuam habilitação técnica relacionada à natureza do exame e que, nomeadas pelo Delegado de Polícia ou pelo juiz, prestem o compromisso de bem e fielmente desempenharem a função para a qual encarregados.



exame de corpo de delito direto

- feito sobre vestígios da infração existentes

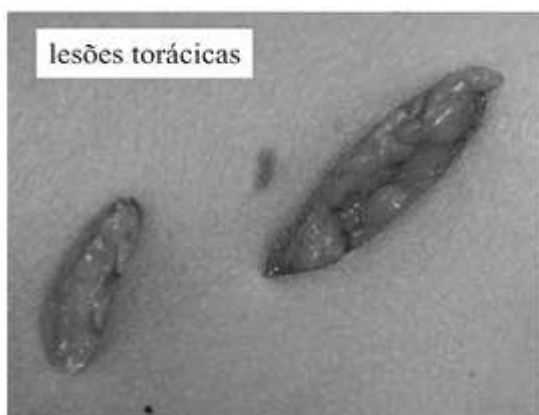
exame de corpo de delito indireto

- prova testemunhal- feito no desaparecimento dos vestígios ou não quando não existentes





Em determinada cidade interiorana, por volta das dezesseis horas de um dia ensolarado, o corpo de uma mulher jovem foi encontrado por populares, em área descoberta de um terreno baldio. O delegado de plantão foi comunicado do fato e, ao dirigir-se ao local, a autoridade policial verificou que o corpo se encontrava em decúbito dorsal e despido. A perícia de local, tendo realizado exame perinecropsópico, verificou que o corpo apresentava temperatura de 27 °C, além de rigidez completa de tronco e membros. Constataram-se escoriações na face, fraturas dos elementos dentários anteriores, manchas roxas na região cervical anterior e duas lesões profundas na região torácica anterior, abaixo da mama esquerda, medindo a maior delas 4 cm × 1 cm. Havia tênue mancha de tonalidade avermelhada na face posterior do corpo, que só não se evidenciava nas partes que estavam em contato com o solo. Nas adjacências das lesões torácicas e no solo próximo ao corpo, havia pequena quantidade de sangue coagulado. No mesmo terreno onde estava o corpo, foi encontrada uma faca de gume liso único. A lâmina, que estava suja de sangue, tinha formato triangular e média 20 cm de comprimento e 4 cm de largura em sua base. Exames laboratoriais realizados posteriormente atestaram que o sangue presente na faca pertencia à vítima. Após a lavagem do corpo, foi possível detectar lesões torácicas, de acordo com as imagens mostradas na figura a seguir.



Internet: <www.malthus.com.br>.

7. (2018 – CESPE – PC-MA - Delegado de Polícia) Considerando a situação hipotética apresentada no texto 1A9AAA e a figura que a ele se segue, assinale a opção correta.

- a) Se não houvesse um perito médico-legista oficial na localidade, mas houvesse um médico e um dentista lotados no posto de saúde local, o delegado de polícia poderia nomeá-los para que eles realizassem o exame de corpo de delito.
- b) O exame de corpo de delito deverá ser iniciado somente no período diurno.
- c) Será necessário aguardar ao menos seis horas após a localização do cadáver para se proceder à autópsia.
- d) O exame interno do cadáver poderá ser dispensado, uma vez que as lesões externas são suficientes para se estabelecer com precisão a causa da morte.



e) Após realizar o exame cadavérico, o perito médico-legista deverá redigir o parecer médico-legal, no qual deverá descrever minuciosamente o que observou e responder aos quesitos formulados.

Comentários: o CPP prevê que, na falta de perito oficial, poderá a perícia ser realizada por dois peritos não oficiais (peritos leigos), como tal consideradas as pessoas idôneas, portadoras de curso superior preferencialmente na área que constitui o objeto da perícia, que possuam habilitação técnica relacionada à natureza do exame e que, nomeadas pelo Delegado de Polícia ou pelo juiz, prestem o compromisso de bem e fielmente desempenharem a função para a qual encarregados. A **alternativa A** é a correta e gabarito da questão.

8.(2016 – FUNCAB – PC-PA - Papiloscopista) No que diz respeito às perícias e aos peritos é correto afirmar que:

- a) armas de fogo com numeração suprimida, raspada ou adulterada são isentas de perícia.
- b) os peritos estão isentos de responsabilidade civil decorrente de dolo ou culpa.
- c) os peritos podem ser responsabilizados criminalmente por atos no exercício da função.
- d) o Delegado de Polícia não pode requisitar uma perícia médico-legal.
- e) não pode ser realizada perícia em objetos falsificados.

Comentários: os peritos estão sujeitos a responsabilização civil e administrativa, quando por dolo ou culpa, cometerem um ato ilícito que ocasione danos a terceiros, e, também, sujeitos a responsabilização penal em virtude dos seus atos praticados, nos termos do Código Penal Brasileiro. A **alternativa C** é a correta e gabarito da questão.



Hoje as perícias de natureza criminal estão reguladas pela Lei no 12.030, de 17 de setembro de 2009, estabelecendo como normas gerais que “no exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, **é assegurada autonomia técnica, científica e funcional**, exigido concurso público, com formação acadêmica específica, para o provimento do cargo de perito oficial”. Mais: “Em razão do exercício das atividades de perícia oficial de natureza criminal, os peritos de natureza criminal estão sujeitos a regime especial de trabalho, observada a legislação específica de cada ente a que se encontrem vinculados.” E finalmente que “observado o disposto na legislação específica de cada ente a que o perito se encontra vinculado, **são peritos de natureza criminal os peritos criminais, peritos médico-legistas e peritos odontologistas** com formação superior específica detalhada em regulamento, de acordo com a necessidade de cada órgão e por área de atuação profissional”.

Os peritos atuam na fase de **inquérito policial ou processo judicial**, sendo considerados auxiliares da Justiça. Eles podem ser responsabilizados criminalmente por atos praticados quando em atividades periciais.



Cabe lembrar que os peritos podem ser solicitados para atuarem na fase pré-processual, ou seja inquérito policial, e na fase processual.



9. (2018 – NUCEPE – PC-PI - Perito Médico Legista) Sobre a atuação do Perito médico-legista na fase de inquérito policial e processual, assinale a Gabarito CORRETA.

- a) Tão logo o Perito médico-legista tome conhecimento de um exame de corpo de delito a ser realizado, deve fazê-lo e oficiar, a seguir, a autoridade policial para que faça as devidas requisições e quesitos.
- b) No exercício da atividade pericial médico-legal da Perícia Oficial de natureza criminal, o Perito médico-legista está subordinado diretamente à autoridade policial que preside o inquérito policial.
- c) O Perito médico-legista goza de autonomia técnica, científica e funcional no seu mister pericial.
- d) No exercício da atividade pericial médico-legal, em fase pré-processual, o perito só poderá atender a requisições que tenham como origem as autoridades policiais.
- e) O Perito médico-legista pode ter laudo modificado por diretor da mesma área, em caso de discordância daquele, devido ao vínculo de subordinação administrativa.

Comentários: a norma menciona que o exame de corpo de delito deverá ser realizado por perito oficial portador de curso superior. Assim, perito oficial, o qual tem autonomia, é aquele que pertence aos quadros do Estado, aquele concursado. A **alternativa C** é a correta e gabarito da questão.

10. (2015 – FUNIVERSA – SEGPLAN-GO - Perito Criminal) Processos são um conjunto de providências que devem ser tomadas para se verificar e sanar uma lesão de direito. No curso dos processos, os fatos devem ser esclarecidos sem quaisquer dúvidas, de modo que os juízes possam proferir sentenças justas. Os fatos alegados em um processo precisam ser demonstrados, e essa demonstração depende de sua natureza. Quando tais fatos não deixam vestígios materiais e se desvanecem no mesmo instante em que ocorrem, ou logo após, a sua comprovação em juízo só pode ser feita pela prova testemunhal. E o relato pode, por diversas razões, não corresponder fielmente à realidade. Mas, se resultam vestígios duradouros dos fatos ocorridos, com a possibilidade de serem detectados pelos nossos sentidos, o seu exame e registro devem ser feitos obrigatoriamente. E por pessoas tecnicamente capacitadas para fazê-lo.

Hygino de C. Hercules. Perícia e Peritos. Documentos Médico-Legais. Medicina Legal – Texto e Atlas.
São Paulo: Editora Atheneu, 2005, p. 13.

Com relação aos conceitos de perícia e de perito, bem como à normatização estabelecida no CPP, assinale a alternativa correta.

- a) Quando uma infração deixa vestígios, é necessário o exame de corpo de delito, ou seja, a comprovação dos vestígios materiais por ela deixados torna-se indispensável; a prova testemunhal não pode ser



considerada uma alternativa aos vestígios não periciados ou àqueles que se perderam com o decorrer do tempo.

b) Perito é um auxiliar da justiça, devidamente compromissado, estranho às partes, portador de conhecimento técnico altamente especializado e sem impedimentos para atuar no processo.

c) A confissão do acusado pode suprir o exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.

d) Chama-se de corpo de delito direto o realizado pelos peritos sobre os vestígios de infração existentes, e de corpo de delito indireto quando, não existindo esses vestígios materiais, a prova é suprida pela confissão do acusado.

e) O exame de corpo de delito pode ser solicitado diretamente ao órgão responsável pela perícia pelo advogado procurador da parte interessada.

Comentários: a prova testemunhal pode ser considerada sim como uma alternativa aos vestígios. Outra coisa, a confissão do acusado não pode suprir o exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios. A **alternativa B** é a correta e gabarito da questão.

11. (2017 – FCC – POLITEC-AP - Perito Médico Legista) A perícia médico-legal tem como finalidade o esclarecimento de um fato de interesse da Justiça. Em relação à perícia médica de natureza criminal,

a) os exames não complexos de lesão corporal devem ser realizados por três peritos concursados a fim de constituir junta médica.

b) o Perito Médico Legista pode decretar o sigilo de seu laudo médico-legal nas ações penais.

c) o assistente técnico indicado pelas partes deve ser notificado pelo Delegado de Polícia quando for solicitada perícia médico-legal.

d) o Perito Médico Legista pode ser solicitado a atuar na fase pré-processual e na fase processual.

e) na falta de Perito Médico-Legista na região, a perícia deve ser realizada pelo assistente técnico da vítima.

Comentários: os peritos podem atuar no inquérito policial ou no processo judicial. A **alternativa D** é a correta e gabarito da questão.

Pode existir divergências entre os peritos? Aqui, as bancas gostam de mencionar que não pode existir divergências, mas pode! É o caso, por exemplo, da perícia efetuada por peritos não oficiais, exigindo o art. 159, § 1.º, do CPP o mínimo de dois profissionais na sua efetivação. Nesse caso não tem que concordar um com o outro. **Podemos encontrar perícias divergentes.** O juiz ao analisar poderá concordar com um ou com outro, ou nomear um terceiro.

Fica notório, ao ler a norma, que podem determinar a realização de perícias, o Promotor de Justiça e o Juiz. Entretanto, na grande maioria das ocorrências, onde o Delegado de Polícia primeiro toma conhecimento e por ser o presidente do inquérito, é quem mais exerce essa prerrogativa. Destaca-se, ainda, que também as partes, especialmente por intermédio dos advogados que lhe representam, poderão requerer exames periciais, na fase processual, diretamente ao juiz. No entanto, não poderá requerer na fase inquisitorial a revisão ou complementação de exames periciais, uma vez que essa prerrogativa é exclusiva do magistrado. Esta prerrogativa caracteriza-se pela ausência de dispositivo contrário a esse procedimento e, em especial, pelo que orienta o Art. 184 ("salvo o caso de exame de corpo



de delito, o juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes, quando não for necessária ao esclarecimento da verdade”).

No art. 159, § 3.º, do CPP contém regramento específico, alertando que serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e a **indicação de assistentes**. Assim, a ausência de notificação destes sujeitos processuais poderá acarretar nulidade processual.

A norma deixa bem evidente, também, que quando se tratar de uma perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, **poder-se-á designar a atuação de mais de um perito oficial**, e a parte indicar **mais de um assistente técnico**.



12. (2018 – FUMARC – PC-MG - Delegado de Polícia) No que tange à perícia oficial e em acordo com o CPP, é CORRETO afirmar:

- a) É facultada ao acusado a indicação de assistente técnico, após admissão pela autoridade policial.
- b) Entende-se por perícia complexa aquela que abrange mais de uma área de conhecimento especializado.
- c) Faculta-se ao Ministério Público e ao assistente técnico do querelante a formulação de quesitos a qualquer tempo do inquérito policial.
- d) Na falta de perito oficial, qualquer contribuinte poderá exercer o mister, desde que não inadimplente com impostos públicos, e que seja admitido pelo delegado de polícia presidente do inquérito.

Comentários: poderá ser designado, neste caso, mais de um perito oficial para atuar. A **alternativa B** é a correta e gabarito da questão.

3 - Prazo para elaboração do exame e do laudo pericial

Muitas perícias requerem exames complementares, que são necessárias para a análise e conclusão do laudo pericial, demandando assim dilação do prazo previsto. Observe-se que, de acordo com o constante no art. 160, parágrafo único, o laudo pericial deve ser concluído **no prazo de dez dias**.



13. (2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Médico Legista) O Laudo Pericial deverá ser entregue em um prazo de:

- a) 30 dias, impreterivelmente.
- b) 10 dias, prorrogável por mais 10 por requerimento do Delegado.
- c) 10 dias, prorrogável por requerimento do Juiz.
- d) 30 dias, prorrogável por requerimento do Perito.
- e) 10 dias, prorrogável por requerimento do Perito.

Comentários: pode este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos. A alternativa E é a correta e gabarito da questão.

Dentro de Perícia e Peritos é um assunto **bem batido nos concursos públicos!**

A regra estabelecida pelo Código de Processo Penal é a de que o exame de corpo de delito possa ser feito **em qualquer dia e hora**, sem restrições quanto aos feriados e períodos noturnos (art. 161). Uma primeira exceção, contudo, existe em relação ao exame interno do cadáver (necropsia ou autópsia), **o qual deverá ser feito no mínimo seis horas após a morte**, segundo dispõe o art. 162 do CPP. Como o risco de morte aparente, na atualidade, é improvável em face do avanço tecnológico, na prática esse tempo não tem sido observado, mesmo porque o próprio dispositivo citado ressalva a possibilidade de efetivação do exame antes do interregno lá previsto quando indubitosa a morte do indivíduo.



o exame de corpo de delito possa ser feito **em qualquer dia e hora**, sem restrições quanto aos feriados e períodos noturnos



existe em relação ao exame interno do cadáver (necropsia ou autópsia), **o qual deverá ser feito no mínimo seis horas após a morte**



14. (2016 – CESPE – POLÍCIA CIENTÍFICA-PE - Perito Papiloscopista) Acerca da perícia médico-legal, assinale a opção correta.

- a) O material sobressalente analisado na perícia inicial de laboratório deverá ser descartado após a conclusão desta.



- b) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.
- c) O exame de corpo de delito é privativo do perito oficial.
- d) Preferencialmente, a autópsia deverá ser feita imediatamente após o óbito.
- e) Obrigatoriamente, a autópsia tem de incluir os exames externo e interno do cadáver.

Comentários: é importante destacar que parte do material analisado, em uma perícia de laboratório, deve ser guardado para uma possível contra prova. A **alternativa B** é a correta e gabarito da questão.

O tempo **de seis horas**, baseia-se no fato que se evite que o exame seja realizado com a vítima viva. Consoante dispõe o artigo 162, parágrafo único, nem sempre será necessário o exame interno. Basta o exame externo do cadáver nos casos de morte violenta em que não houver infração penal para apurar como é o caso de morte acidental. Considera-se ainda desnecessária quando as lesões externas permitirem precisar a causa da morte e não houver exame interno para averiguar alguma circunstância relevante.



15. (2015 – FUNIVERSA – SPTC-GO - Médico Legista) Considerando os conceitos de perícia e de perito, bem como a normatização estabelecida no CPP, assinale a alternativa correta.

- a) A detecção de vestígios do crime nas coisas não é exame de corpo de delito.
- b) O exame de corpo de delito só poderá ser feito por via direta.
- c) A autópsia será feita pelo menos 6 horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.
- d) O exame de corpo de delito, em questões médico-legais, só poderá ser feito nas dependências dos Institutos de Medicina Legal ou dos hospitais públicos durante o correr do dia solar.
- e) Exame de corpo de delito é a procura de vestígios do crime no corpo humano.

Comentários: exame de corpo de delito não é somente em pessoas, mas, também, em objetos que se encontrem nos locais de crimes. A **alternativa C** é a correta e gabarito da questão.

16. (2017 – FCC – POLITEC-AP - Perito Médico Legista) A necropsia forense pode fornecer diversos elementos de interesse à justiça. Em relação aos exames necroscópicos realizados no Instituto Médico Legal,

- a) nos casos de morte violenta, quando não houver infração penal a apurar, o exame interno do cadáver não é obrigatório.
- b) o exame necroscópico deve ser realizado pelo menos oito horas depois do óbito, aguardando a rigidez completa e fixação da mancha de hipóstase.



c) a necropsia de cadáveres fragmentados deve se limitar à identificação dos fragmentos, visto que o esquartejamento e o espostejamento impedem outros tipos de análises. (...)

Comentários: nos casos de morte violenta, bastará o simples exame externo do cadáver, quando não houver infração penal que apurar, ou quando as lesões externas permitirem precisar a causa da morte e não houver necessidade de exame interno para a verificação de alguma circunstância relevante. A alternativa A é a correta e gabarito da questão.

17. (2018 – CESPE – Polícia Federal - Perito Criminal) Julgue o próximo item de acordo com os preceitos éticos e legais a serem seguidos pelo perito na área da medicina.

Segundo o Código de Processo Penal, o exame cadavérico, em casos de morte violenta, é obrigatório e deverá ser realizado preferencialmente por perito oficial, sendo obrigatória, nesses casos, a inspeção tanto externa quanto interna do corpo, o que será detalhado e, se possível, ilustrado, no respectivo laudo pericial.

Comentários: vimos que nos casos de morte violenta, bastará o simples exame externo do cadáver. A alternativa E é a correta e gabarito da questão.

18. (2018 – VUNESP – PC-BA - Delegado de Polícia) Jovem do sexo masculino é encontrado morto no seu quarto, aparentemente um caso de suicídio por enforcamento. Logo ao chegar no local de morte, a equipe pericial encontra a vítima na cama, com o objeto usado como elemento constritor removido. Nessa situação, o perito criminal deve

- a) avaliar detalhadamente o local, buscar pistas de envolvimento de terceiros, não realizar o exame pericial do cadáver e registrar a alteração notada no laudo final.
- b) fazer o boletim de ocorrência com a alteração notada, isolar e preservar o local de morte, e solicitar o envio de equipe pericial do instituto médico-legal para realização de perícia conjunta.
- c) informar à autoridade policial sobre a alteração do local de morte, emitir o laudo de impedimento e determinar a remoção imediata do cadáver para o instituto médico-legal.
- d) realizar o exame externo do cadáver, de tudo que é encontrado em torno dele ou que possa ter relação com o fato em questão, e registrar no laudo a alteração notada no local de morte.
- e) realizar o registro fotográfico do local, investigar as circunstâncias da morte, não realizar o exame pericial do cadáver, coletar o provável instrumento utilizado e descrever no laudo a alteração do local de morte.

Comentários: trata-se de morte violenta, imprescindível o exame externo do cadáver. A alternativa D é a correta e gabarito da questão.

Seguindo, o art. 164 **menciona que os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados**, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime. Mas a doutrina menciona que uma vez que tenha a identificação do cadáver, passa ser facultativo o registro de sinais característicos.





19. (2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Médico Legista) O Artigo 164 do Código de Processo Penal versa sobre as fotografias obrigatórias para locais de crimes com cadáveres. Sobre esse assunto, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados.
- b) Na medida do possível, todas as lesões externas observadas durante o exame perinecropsópico do cadáver deverão ser fotografadas.
- c) A fotografia é um importante recurso visual que em muito auxilia o Perito Criminal em seu trabalho e aos demais usuários do Laudo.
- d) O registro fotográfico de todas as tatuagens e cicatrizes é obrigatório, mesmo em vítimas identificadas.
- e) Devem ser fotografados, na medida do possível, todos os vestígios deixados no local do crime.

Comentários: o problema da letra D é “obrigatório”, pois se há a identificação, passa a ser facultativo. A alternativa D é a correta e gabarito da questão.

4 - Lesão Corporal e a Perícia

Outro ponto importante é a perícia para a identificação de **lesão corporal grave**.

Tratando-se do crime de lesões corporais, a fim de evitar o desaparecimento dos vestígios, normalmente é o ofendido submetido ao exame de corpo de delito logo depois do fato. Neste exame deverão constar os esclarecimentos necessários para que possa o Ministério Público identificar a natureza da lesão praticada de modo a enquadrá-la no caput (lesão corporal leve) ou nos §§ 1.º e 2.º do art. 129 (lesão corporal grave ou gravíssima, respectivamente). Na verdade, o exame de corpo de delito no crime de lesões corporais compõe-se da resposta a determinados quesitos que, por sua vez, correspondem ao que dispõem o art. 129 e seus parágrafos. Em caso de **lesões corporais**, se o **primeiro exame pericial tiver sido incompleto**, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor. Se o exame tiver por fim precisar a classificação do delito de lesão corporal grave, deverá ser feito logo que decorra **o prazo de 30 dias**, contado da data do crime. Cabe lembrar que a **falta de exame complementar** poderá ser suprida pela prova testemunhal.





20. (2016 – CESPE – POLÍCIA CIENTÍFICA-PE - Perito Papiloscopista) A respeito da perícia médico-legal, assinale a opção correta.

- a) É inadmissível a atuação de mais de um perito oficial e de um assistente técnico por perícia.
- b) No processo judicial que demande a realização de perícia médico-legal, a decisão do juiz deverá ser tomada com base no laudo dessa perícia.
- c) O juiz é a única autoridade competente para negar a realização de perícia em qualquer circunstância.
- d) Quando o primeiro exame pericial for incompleto para a avaliação das lesões corporais, a decisão de realização de exame complementar será privativa do juiz.
- e) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, a falta de exame complementar poderá ser suprida pela prova testemunhal.

Comentários: nos casos de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar, mas a falta desse poderá ser suprida sim pela prova testemunhal. A **alternativa E** é a correta e gabarito da questão.

21. (2015 – FUNIVERSA – SPTC-GO - Médico Legista) O exame de corpo de delito complementar será realizado

- a) 30 dias após a realização do primeiro exame.
- b) 30 dias após a data da agressão sofrida pela vítima.
- c) 60 dias após a agressão, quando a lesão for deformante.
- d) quando o médico-legista determinar no primeiro exame.
- e) por determinação da autoridade judiciária nos casos de inexistência de vestígios para a comprovação de um delito.

Comentários: trata-se de exame para identificar a incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias. Caracterizando lesão corporal grave. A **alternativa B** é a correta e gabarito da questão.

O art. 168, § 2.º, como se vê, exige que a perícia seja feita “logo que decorra o prazo de 30 dias”. Muito embora não seja explicitado qual seja esse prazo, os termos incorporados ao dispositivo em comento sugerem que o exame deva ser feito nos primeiros dias que se seguirem ao final do trintídio, sob pena de inviabilizar a constatação quanto a ter ficado ou não a vítima, efetivamente, incapacitada.



5 - Principais perícias elencadas no Código de Processo Penal

O art. 171 do CPP dispõe que, “nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado”. Apesar dessa previsão, há controvérsias quanto à **possibilidade de suprimento da perícia por outro meio de prova para fins de comprovação dessa qualificadora**. Assim, desde que desaparecidos os vestígios, é possível, aplicando-se o art. 167 do CPP, reconhecer a qualificadora do rompimento de obstáculo a partir da prova testemunhal (ou de outras provas). Este é o entendimento dominante, compreendendo o STJ que “para a incidência da qualificadora prevista no art. 155, § 4.º, I, do Código Penal, é necessária a comprovação do rompimento de obstáculo, por laudo pericial, salvo em caso de desaparecimento dos vestígios, quando a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.”

Por outro lado, em relação à escalada, esta pressupõe o acesso ao local do furto por via anormal e com o emprego de meios artificiais, de particular agilidade ou de esforço sensível, reveladores da obstinação do agente em vencer as cautelas postas pelo ofendido para a defesa do seu patrimônio, bem como da sua maior capacidade de delinquir. Caracteriza-se, por exemplo, na transposição de janelas, telhados, muros, portões, túneis etc.

O art. 173 do CPP estabelece que, “no **caso de incêndio**, os peritos verificarão a causa e o lugar em que houver começado, o perigo que dele tiver resultado para a vida ou para o patrimônio alheio, a extensão do dano e o seu valor e as demais circunstâncias que interessarem à elucidação do fato”. Aqui, temos o crime de incêndio, tipificado no art. 250 do Código Penal. As questões mencionadas no art. 173 do CPP e que devem ser respondidas pelos peritos (se possível) tendo em vista as peculiaridades do delito, cujas circunstâncias podem conduzir uma maior ou menor punição, dependendo tenha ocorrido em casa habitada ou não, dos instrumentos utilizados para provocar o fogo, do material ígneo empregado, das consequências e demais elementos que podem evidenciar o agir doloso ou culposos do agente.

O art. 174 do CPP trata do **exame grafotécnico**. Esta prova pretende, mediante comparação da grafia aposta em documento escrito com a grafia do investigado ou do acusado, afirmar ou afastar a sua autoria em relação a determinado texto ou assinatura. Tratando-se de prova técnica, o exame constitui importante instrumento de convicção à autoridade policial, no curso das investigações, e ao juiz, no decorrer da instrução criminal. Sua utilização é bastante comum na apuração de crimes relacionados à falsificação de documentos públicos ou particulares, falsidade ideológica e estelionato. Sem embargo, também pode ser realizado na identificação da autoria de documentos relevantes para a comprovação de qualquer outro crime, como por exemplo, de homicídio previamente anunciado ao ofendido por meio de carta anônima supostamente enviada pelo acusado.

Com a finalidade de efetuar a comparação, pode ser utilizado qualquer documento lícitamente obtido, desde que comprovada sua autenticidade, o que pode ocorrer: por meio do reconhecimento do acusado de que a grafia lhe pertence; por meio de reconhecimento judicial, como por exemplo o documento produzido em processo cível reconhecidamente escrito pelo acusado; e por qualquer outro meio de prova hábil à afirmação da autoria do texto ou assinatura sob comparação.





exame
grafotécnico

- comparação da grafia aposta em documento escrito com a grafia do investigado ou do acusado

exame em incêndio

- os peritos verificarão a causa e o lugar em que houver começado, o perigo que dele tiver resultado para a vida ou para o patrimônio alheio

destruição ou
rompimento de
obstáculo

- além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado



22. (2018 – INSTITUTO AOCP – ITEP-RN - Perito Criminal - Química) O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (e alterações), representa os ritos da processualística criminal brasileira. Nesse Código de Processo Penal, há previsão de alguns exames periciais específicos. Assinale a alternativa na qual constam apenas exames periciais expressamente previstos no Código de Processo Penal.

- a) Exame em letra e firma em documentos particulares, perícias de laboratório, exame de local, exame de instrumentos empregados para a prática de crime, verificação da causa de incêndios.
- b) Exame para reconhecimento de escritos, descrição de vestígios nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, identificação de elementos que apontem a atividade de hackers.
- c) Perícias de laboratório, microcomparação balística, verificação do local onde um incêndio começou.
- d) Eficácia de arma de fogo, confronto de voz, extração de dados de discos rígidos, estimativa de área ambiental degradada.
- e) Exame de reconhecimento de escritos, perícias de laboratório, microcomparação balística e confronto de voz.



Comentários: trata-se do exame grafotécnico que vem da documentoscopia, que parte da criminalística que estuda os documentos para verificar se são autênticos e, em caso contrário, determinar a sua autoria. A **alternativa A** é a correta e gabarito da questão.

A **obrigatoriedade do exame a que alude** o art. 175 do CPP (exame nos instrumentos empregados para a prática da infração) depende da hipótese concreta. Por exemplo, a hipótese de um homicídio provocado por arma de fogo. Alegando o imputado, como defesa, disparo acidental, é importante que se faça a perícia para comprovar a viabilidade da versão apresentada. **Diferentemente**, sendo hipótese de imputação de homicídio doloso, em que alega o acusado, por exemplo, ter agido em legítima defesa ao desferir um tiro contra a vítima, a perícia no revólver apreendido é totalmente desnecessária. Suponha-se, agora, que o delito imputado seja o de disparo de arma de fogo. Neste caso, tratando-se de crime que se pode comprovar mediante prova testemunhal quanto à efetiva ocorrência da conduta, é absolutamente dispensável a perícia.



23. (Agente de Polícia – PC SC – ACAFE) Considerando as disposições do Código de Processo Penal relativas à prova, assinale a alternativa correta.

- A) Serão sujeitos a exame os instrumentos empregados para a prática da infração, a fim de se lhes verificara propriedade.
- B) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor.
- C) Proceder-se-á, necessariamente e em qual- quer hipótese, a avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime.
- D) O juiz que não possuir conhecimento específico quanto ao objeto da perícia ficará adstrito ao laudo elaborado pelo perito oficial.
- E) O juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes quando não for necessária ao esclarecimento da verdade, inclusive no caso de exame de corpo de delito.

Comentários: O art. 175 do CPP, menciona que serão sujeitos a exame os instrumentos empregados para a prática da infração, a fim de se lhes verificar a natureza e a eficiência, e não a propriedade. A **alternativa B** é a correta e gabarito da questão.

Depois de exercitarmos através de várias questões, vamos fazer mais algumas!

Até a próxima aula!

Grande abraço e bons estudos!



QUESTÕES COMENTADAS



24.(ACAFE - 2014 - PC-SC - Agente de Polícia) Considerando as disposições do Código de Processo Penal relativas à prova, assinale a alternativa correta.

- A) Serão sujeitos a exame os instrumentos empregados para a prática da infração, a fim de se lhes verificara propriedade.
- B) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor.
- C) Proceder-se-á, necessariamente e em qualquer hipótese, a avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime.
- D) O juiz que não possuir conhecimento específico quanto ao objeto da perícia ficará adstrito ao laudo elaborado pelo perito oficial.



E) O juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes quando não for necessária ao esclarecimento da verdade, inclusive no caso de exame de corpo de delito.

Comentários: Segundo o art. 168 do CPP, em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor. Outra coisa, o Juiz não ficará adstrito ao laudo elaborado pelo perito oficial. A **alternativa B** é a correta e gabarito da questão.

25.(FCC - 2014 - TRF - 4ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária) No tocante à prova, de acordo com o Código de Processo Penal,

A) durante o curso do processo, é vedada às partes a indicação de assistentes técnicos.

B) o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados sempre por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.

C) durante o curso do processo judicial, quanto à perícia, é permitido às partes requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova, mas não para responderem a quesitos.

D) quando a infração deixar vestígios, será necessário o exame de corpo de delito, mas a confissão do acusado pode supri-lo.

E) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão, exclusivamente, nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

Comentários: A primeira está errada, pois as partes podem indicar assistentes técnicos. A segunda também, já que o exame de corpo de delito e perícias em geral serão realizados por um perito oficial ou, não havendo este, por dois peritos não oficiais. O erro da terceira é que as partes também poderão requerer que os peritos respondam aos quesitos por elas formulados.

Seguindo, o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas. A **alternativa E** é a correta e gabarito da questão.

26.(Aroeira - 2014 - PC-TO - Escrivão de Polícia Civil) Nos termos do Código de Processo Penal, os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, e responderão aos quesitos formulados. Ressalvada a possibilidade de prorrogação, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos, o laudo pericial será elaborado no prazo máximo de

A) 05 dias.

B) 10 dias.



C) 15 dias.

D) 30 dias.

Comentários: Essa ficou bem tranquila, nos termos do art. 160 Parágrafo único - O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 10 (dez) dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos. A **alternativa B** é a correta e gabarito da questão.

27.(VUNESP - 2014 - TJ-RJ - Juiz Substituto) No processo penal, o perito

A) deve prestar compromisso para cada trabalho, ainda que seja perito oficial.

B) deve, quando trabalha em dupla, chegar a um consenso com seu colega acerca do objeto da perícia, não podendo apresentar laudo divergente em separado.

C) pode ser ouvido em audiência e pode, inclusive, ter determinada sua condução coercitiva.

D) pode ser considerado suspeito, mas nunca impedido.

Comentários: Aqui temos a combinação dos art.159, § 5º e art. 278 do CPP, pois, durante o curso do processo judicial, é permitido às partes, quanto à perícia: requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova ou para responderem a quesitos, desde que o mandado de intimação e os quesitos ou questões a serem esclarecidas sejam encaminhados com antecedência mínima de 10 (dez) dias, podendo apresentar as respostas em laudo complementar. E no caso de não comparecimento do perito, sem justa causa, a autoridade poderá determinar a sua condução. A **alternativa C** é a correta e gabarito da questão.

28. (Perito Criminal - PI - 2008) Entre as alternativas abaixo, assinale a correta:

A) Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos não poderão juntar ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados, mas tão somente se ater à descrição precisa das lesões.

B) Nos casos de morte violenta, conforme a legislação processual penal, não bastará o simples exame externo do cadáver, os legistas deverão realizar a necropsia com a abertura das três cavidades.

C) O laudo pericial de necropsia será elaborado no prazo máximo de 10 (dez) dias, não podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, mesmo a requerimento dos peritos.

D) O exame de corpo de delito relativo à morte violenta não poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora, mas tão somente no período diurno.

E) A autópsia será feita pelo menos 6 (seis) horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

Comentários: O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 10 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos e o exame de corpo de delito poderá ser feito **em qualquer dia e a qualquer hora**. É preciso saber que a autópsia **será feita pelo menos seis horas**



depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto. Nos casos de morte violenta, **bastará o simples exame externo do cadáver**, quando não houver infração penal que apurar, ou quando as lesões externas permitirem precisar a causa da morte e não houver necessidade de exame interno para a verificação de alguma circunstância relevante. E em caso de **exumação para exame cadavérico**, a autoridade providenciará para que, em dia e hora previamente marcados, se realize a diligência, da qual se lavrará auto circunstanciado. Os cadáveres **serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados**, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime. A **alternativa E** é a correta e gabarito da questão.

29.(Perito Criminal - Políucia Civil - PB - 2009) Com relação à forma das provas, assinale a opção correta.

- A) Considere que um projétil foi, comprovadamente, expelido pelo cano de uma arma de fogo, tendo sido tal arma apreendida pela polícia. Seguramente, a identificação do proprietário dessa arma indica o autor do disparo.
- B) Vestígio é a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autoriza, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.
- C) Uma impressão digital presente e registrada em um copo localizado sobre uma mesa em um prédio onde foi cometido um homicídio, identificada como tendo sido ali deixada pelo dedo da mão de determinada pessoa, é um indício que faz necessariamente prova de que essa pessoa foi a autora desse crime.
- D) Presunção é o juízo, a opinião pessoal, a convicção ou a suspeita que se formam em nossa consciência, da existência real de um fato, ou circunstância, desconhecidos, ante outros fatos ou circunstâncias conhecidas, que, por sua natureza, devam ou possam estar relacionados com o fato que se desconhece.
- E) Sob o ponto de vista criminalístico e processualístico, indícios e vestígios são palavras sinônimas.

Comentários: Pessoal, vejamos a diferença entre presunção e indícios (estudaremos melhor mais a frente): presunção é o juízo, a opinião pessoal, a **convicção ou suspeita** que se formam em nossa consciência, da existência real de um fato ou circunstâncias desconhecidos, face a outros fatos ou circunstâncias conhecido, que por sua natureza, devam, ou possam estar **relacionados com o fato que se desconhece**. Já o indício é qualquer **fato, sinal ou marca, conhecido e provado**, que por sua relação necessária ou possível com outro fato, que se desconhece, prova ou leva a presumir a existência.

Para ajudar a entender as respostas erradas nas letras A e C, vamos fazer um breve comentário, pois a letra B e E, estão fáceis de visualizar os erros, uma vez que comentamos anteriormente, vamos ver aquelas: verifica-se, então, que, **num local de crime, em tese, todos os fatos, marcas e sinais, vestígios, não podem de início, serem desprezados**; poderão ser, na sequência, de utilidade, ou não, para o esclarecimento do fato e colaborar com a determinação da autoria; se estiverem relacionados com o fato e devidamente interpretado com precisão, constituirão a prova por indícios.

Assim, objetiva-se que um indício não prova necessariamente a autoria material de um fato delituoso, por exemplo, na nossa questão quando diz que um impressão digital num copo localizado em um local de



crime, identificada como tendo sido ali deixada pelo dedo da mão de determinada pessoa, não faz, necessariamente, prova de que esta pessoa tenha sido a autora deste crime, mas apenas que, em determinado momento, ela ali esteve presente. Mesma coisa pensa-se no caso da arma, naquele caso, não faz, seguramente, prova de que o proprietário daquela arma seja o autor do disparo da arma de fogo! A alternativa D é a correta e gabarito da questão.

30. (Fotógrafo Criminalístico PCGO - 2011) A prova pericial é uma prova técnica, uma vez que pretende atestar a existência de fatos cuja certeza, segundo a lei, somente seria possível a partir de conhecimentos específicos. Acerca da prova pericial, é correto afirmar que

- A) deverá ser produzida por pessoas treinadas, sem a necessidade de habilitação na área.
- B) a prova pericial é um meio utilizado para o esclarecimento dos fatos, tanto na demonstração da própria materialidade da infração penal por meio do exame de corpo de delito, como também na comprovação de outros dados importantes na apuração da verdade.
- (C) corresponde aos modos pelos quais as provas praticamente se produzem. Tomando-se por base os gêneros de provas, constituem prova pericial de sua concretização: a prova oral ou vocal; a pessoa testemunhal; o depoimento pessoal; a prova literal ou escrita; a documental (documentos públicos e privados); a pericial (exames, vistorias e arbitramento); a prova circunstancial (direta e indireta); as presunções; os indícios.
- (D) a prova consiste na demonstração de inexistência daquilo que se alega como fundamento do direito que se defende ou que se contesta.
- (E) para auxiliar as partes em um processo, nas questões técnicas, poderá haver o profissional denominado auxiliar pericial.

Comentários: Como vimos, a perícia é muito importante dentro do conjunto probante. Assim, o judiciário não pode analisar os fatos sem a contribuição dos técnicos ou pessoas especializadas em determinado assunto, razão pela qual são solicitadas as perícias, mas do que se trata essas?

Perícias são diligências que possuem a finalidade de estabelecer a veracidade ou a falsidade de situações, fatos ou acontecimentos, de interesse da justiça por meio de provas. São verificações (análises) de todo o vestígio de uma infração, cabe lembrar aqui, **que vestígio e indícios não são sinônimos**, ok? Qualquer marca, fato, sinal que seja detectado em local onde tenha sido praticado fato delituoso é, em tese, um vestígio. Agora, após esse ser devidamente analisado, interpretado e associado com os exames laboratoriais e dados da investigação policial daquele fato, **enquadrando-se em toda sua moldura**, tiver estabelecida sua inequívoca relação com o fato delituoso e com as pessoas com esse relacionadas, aí ele terá se transformado em um indício.

Seguindo pessoal, é de suma importância vocês saberem que o Código de Processo Penal, diz que sempre que uma infração deixar vestígios é indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo suprimi-lo a confissão do acusado. **As perícias devem ser realizadas por peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior** e que na falta de perito oficial, o exame **deve ser feito por duas pessoas idôneas** portadoras de diploma de curso superior e de preferência na área específica, dentre as



que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame. E, caso tenha desaparecido os vestígios, o exame não poderá ser realizado, contudo a prova testemunhal poderá suprir a falta daquele.

Então, uma perícia pode ser realizada direta e indiretamente. **O exame direto é aquele feito pessoalmente pelo perito sobre o objeto a ser examinado. Já o indireto é feito sobre documentos ou outros elementos que se refiram ao objeto a ser analisado, ou, ainda, que guardem relação com ele.**

As perícias se materializam por meio dos laudos periciais, mais a frente falaremos sobre documentos legais, são muito cobrados nos concursos - os laudos são constituídos de peça escrita, contendo a descrição minuciosa do que foi examinado, as respostas aos quesitos formulados, além de outras provas. É importante também saber, **que quando existir divergências entre dois peritos a respeito da mesma matéria, a perícia é denominada contraditória;** sendo assim, o magistrado pode aceitar o que julgar conveniente ou nomear um terceiro perito. A **alternativa B** é a correta e gabarito da questão.

31. (Universa - Perito Criminal - GO - 2010) Provar se houve ou não a infração penal, demonstrar a ação do sujeito ativo na ação penal, fornecer subsídios de conhecimento técnico, científico e artísticos necessários à tipificação penal, comprovar o nexo de causalidade entre o sujeito ativo e a infração penal trata-se de

- (A) requisição de exames de corpo de delito.
- (B) modalidades de exames de corpo de delito.
- (C) isolamento e preservação de local de crime.
- (D) importância do exame de corpo de delito.
- (E) classificação de local de crime.

Comentários: A **alternativa D** é a correta e gabarito da questão. A partir da instauração do Inquérito Policial a autoridade policial (delegado) deverá tomar providência no sentido de obter provas materiais (**exame de corpo de delito que é realizada pelo perito oficial**) e imateriais (assentadas, termos de declarações etc), para que o ato delituoso possa ser descrito em todas as suas circunstâncias, e se possível determinar a sua autoria. Dessa forma, vejamos a importância do exame de corpo de delito:

- ✓ Provar se houve ou não a infração penal.
- ✓ Demonstrar a ação do sujeito ativo na ação penal.
- ✓ Fornecer subsídios de conhecimento técnico, científico e artísticos necessários à tipificação penal.
- ✓ Comprovar o nexo de casualidade entre o sujeito ativo e a infração penal.
- ✓ Perpetualizar o corpo de delito.

32. (FUNCAB - 2013 - PC-ES - Perito em Telecomunicação) Exceto quando os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes deste prazo, a autópsia deverá ser realizada pelo menos:



- A) 4 (quatro) horas após o óbito.
- B) 6 (seis) horas após o óbito.
- C) 8 (oito) horas após o óbito.
- D) 12 (doze) horas após o óbito.
- E) 24 (vinte e quatro) horas após o óbito.

Comentários: A regra estabelecida pelo Código de Processo Penal é a de que o exame de corpo de delito possa ser feito em qualquer dia e hora, sem restrições quanto aos feriados e períodos noturnos. Uma primeira exceção, contudo, existe em relação ao exame interno do cadáver (necropsia ou autópsia), o qual deverá ser feito no mínimo seis horas após a morte. Como o risco de morte aparente, na atualidade, é improvável em face do avanço tecnológico, na prática esse tempo não tem sido observado, mesmo porque o próprio dispositivo citado ressalva a possibilidade de efetivação do exame antes do interregno lá previsto quando indubitosa a morte do indivíduo. Outra ressalva em relação ao tempo da perícia são os exames a serem realizados por eventuais assistentes técnicos indicados pelas partes à prévia conclusão da perícia oficial e elaboração do respectivo laudo. A **alternativa B** é a correta e gabarito da questão.

33.(PC-MG - 2011 - PC-MG - Delegado de Polícia) Sobre a prova pericial é INCORRETO afirmar:

- A) O exame de corpo de delito deverá ser assinado por 2 (dois) peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.
- B) O exame de corpo de delito poderá ser realizado qualquer dia e horário, inclusive aos domingos.
- C) A autópsia será realizada, em regra, 6 (seis) horas após o óbito.
- D) Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia.

Comentários: O art. 159, caput, estabelece que o exame de corpo de delito deverá ser realizado por perito oficial portador de curso superior. Perito oficial é aquele que pertence aos quadros do Estado. Ao empregar a palavra "perito" no singular, o CPP aboliu a exigência de dois peritos para a realização do exame. Sendo oficial, portanto, basta um perito, ressalvada a hipótese de perícia que abranja mais de uma área do conhecimento, caso em que poderá ser designada a atuação de mais de um perito. Outra coisa, o CPP prevê que, na falta de perito oficial, poderá a perícia ser realizada por dois peritos não oficiais (peritos leigos), como tal consideradas as pessoas idôneas, portadoras de curso superior preferencialmente na área que constitui o objeto da perícia, que possuam habilitação técnica relacionada à natureza do exame e que, nomeadas pelo Delegado de Polícia ou pelo juiz, prestem o compromisso de bem e fielmente desempenharem a função para a qual encarregados. A **alternativa A** é a correta e gabarito da questão.



LISTA DE QUESTÕES

1. (2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Médico Legista) O Código de Processo Penal, em seu Artigo 6º, determina que todo local de crime deve ser preservado até a chegada dos Peritos Criminais. Quem é responsável pelo isolamento e preservação do local?

- a) Familiar da vítima.
- b) Agente de trânsito.
- c) Autoridade Policial.
- d) Policial Militar.
- e) Juiz.

2. (2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Médico Legista) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

- I. Se possível e conveniente, dirigir-se ao local, providenciando para que não se altere o estado e a conservação das coisas, enquanto necessário.
- II. Apreender imediatamente os instrumentos e todos os objetos que tiverem relação com o fato.
- III. Apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos Peritos Criminais.
- IV. Dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e a conservação das coisas até a chegada dos Peritos Criminais.

Quais estão corretas?

- a) Apenas II.
- b) Apenas IV.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e IV.
- e) Apenas III e IV.

3. (2018 – CESPE – PC-MA - Médico Legista) Com relação à perícia médico-legal e aos exames periciais, assinale a opção correta.

- a) É permitido ao perito assinar laudos mesmo sem ele ter participado diretamente dos exames periciais.



- b) O exame realizado por um único perito é considerado válido no processo penal.
- c) O exame pericial pode ser realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma superior, escolhidas, de preferência, entre as que tiverem habilitação técnica relacionada à natureza do exame, onde não houver peritos oficiais.
- d) O corpo de delito direto é composto por depoimento de testemunhas, fichas hospitalares, boletins médicos e confissão extrajudicial.
- e) No corpo de delito indireto, há vestígios materiais de infrações legais.

4. (2016 – CESPE – PC-PE - Delegado de Polícia) Com relação aos conhecimentos sobre corpo de delito, perito e perícia em medicina legal e aos documentos médico-legais, assinale a opção correta.

- a) Perícia é o exame determinado por autoridade policial ou judiciária com a finalidade de elucidar fato, estado ou situação no interesse da investigação e da justiça.
- b) O atestado médico equipara-se ao laudo pericial, para serventia nos autos de inquéritos e processos judiciais, devendo ambos ser emitidos por perito oficial.
- c) Perito oficial é todo indivíduo com expertise técnica na área de sua competência incumbido de realizar o exame.
- d) É inválido o laudo pericial que não foi assinado por dois peritos oficiais.
- e) Define-se corpo de delito como o conjunto de vestígios comprobatórios da prática de um crime evidenciado no corpo de uma pessoa.

5. (FUMARC – PC-MG – Médico Legista) É correto o que se afirma, EXCETO em:

- A) Pericia percipiendi é aquela em que o perito é chamado para conferir, técnica e cientificamente, um fato sob a ótica quantitativa e qualitativa.
- B) A perícia, segundo seu modo de realizar-se, pode ser sobre o fato a analisar (pericia deducendi) ou sobre uma perícia já realizada (pericia percipiendi).
- C) Pericia deducendi é a análise feita sobre fatos pretéritos com relação àqueles sobre os quais possa existir contestação ou discordância das partes ou do julgador.
- D) Define-se perícia médico-legal como um conjunto de procedimentos médicos e técnicos que tem como finalidade o esclarecimento de um fato de interesse da justiça.

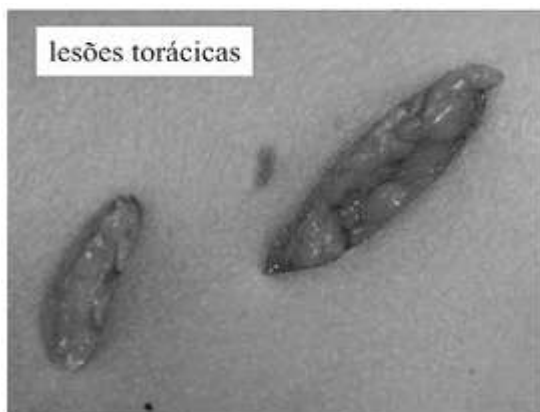
6. (2018 – CESPE – PC-MA - Médico Legista) Na perícia médico-legal, a perícia contraditória é definida como

- a) procedimento que gera relatórios individualizados que não chegam a um ponto de vista comum.



- b) exame pericial realizado por um só perito.
- c) exame realizado sobre vestígios materiais.
- d) conjunto de procedimentos médicos e técnicos que tem como finalidade o esclarecimento de um fato de interesse da justiça.
- e) declaração tomada a termo em audiência de instrução e julgamento sobre fatos obscuros ou conflitantes.

Em determinada cidade interiorana, por volta das dezesseis horas de um dia ensolarado, o corpo de uma mulher jovem foi encontrado por populares, em área descoberta de um terreno baldio. O delegado de plantão foi comunicado do fato e, ao dirigir-se ao local, a autoridade policial verificou que o corpo se encontrava em decúbito dorsal e despido. A perícia de local, tendo realizado exame perinecropsópico, verificou que o corpo apresentava temperatura de 27 °C, além de rigidez completa de tronco e membros. Constataram-se escoriações na face, fraturas dos elementos dentários anteriores, manchas roxas na região cervical anterior e duas lesões profundas na região torácica anterior, abaixo da mama esquerda, medindo a maior delas 4 cm × 1 cm. Havia tênue mancha de tonalidade avermelhada na face posterior do corpo, que só não se evidenciava nas partes que estavam em contato com o solo. Nas adjacências das lesões torácicas e no solo próximo ao corpo, havia pequena quantidade de sangue coagulado. No mesmo terreno onde estava o corpo, foi encontrada uma faca de gume liso único. A lâmina, que estava suja de sangue, tinha formato triangular e média 20 cm de comprimento e 4 cm de largura em sua base. Exames laboratoriais realizados posteriormente atestaram que o sangue presente na faca pertencia à vítima. Após a lavagem do corpo, foi possível detectar lesões torácicas, de acordo com as imagens mostradas na figura a seguir.



Internet: <www.malthus.com.br>.

7. (2018 – CESPE – PC-MA - Delegado de Polícia) Considerando a situação hipotética apresentada no texto 1A9AAA e a figura que a ele se segue, assinale a opção correta.

- a) Se não houvesse um perito médico-legista oficial na localidade, mas houvesse um médico e um dentista lotados no posto de saúde local, o delegado de polícia poderia nomeá-los para que eles realizassem o exame de corpo de delito.



- b) O exame de corpo de delito deverá ser iniciado somente no período diurno.
- c) Será necessário aguardar ao menos seis horas após a localização do cadáver para se proceder à autópsia.
- d) O exame interno do cadáver poderá ser dispensado, uma vez que as lesões externas são suficientes para se estabelecer com precisão a causa da morte.
- e) Após realizar o exame cadavérico, o perito médico-legista deverá redigir o parecer médico-legal, no qual deverá descrever minuciosamente o que observou e responder aos quesitos formulados.

8. (2016 – FUNCAB – PC-PA - Papiloscopista) No que diz respeito às perícias e aos peritos é correto afirmar que:

- a) armas de fogo com numeração suprimida, raspada ou adulterada são isentas de perícia.
- b) os peritos estão isentos de responsabilidade civil decorrente de dolo ou culpa.
- c) os peritos podem ser responsabilizados criminalmente por atos no exercício da função.
- d) o Delegado de Polícia não pode requisitar uma perícia médico-legal.
- e) não pode ser realizada perícia em objetos falsificados.

9. (2018 – NUCEPE – PC-PI - Perito Médico Legista) Sobre a atuação do Perito médico-legista na fase de inquérito policial e processual, assinale a Gabarito CORRETA.

- a) Tão logo o Perito médico-legista tome conhecimento de um exame de corpo de delito a ser realizado, deve fazê-lo e oficiar, a seguir, a autoridade policial para que faça as devidas requisições e quesitos.
- b) No exercício da atividade pericial médico subordinado diretamente à autoridade policial que preside o inquérito policial.
- c) O Perito médico-legista goza de autonomia técnica, científica e funcional no seu mister pericial.
- d) No exercício da atividade pericial médico-legal, em fase pré-processual, o perito só poderá atender a requisições que tenham como origem as autoridades policiais.
- e) O Perito médico-legista pode ter laudo modificado por diretor da mesma área, em caso de discordância daquele, devido ao vínculo de subordinação administrativa.

10. (2015 – FUNIVERSA – SEGPLAN-GO - Perito Criminal) Processos são um conjunto de providências que devem ser tomadas para se verificar e sanar uma lesão de direito. No curso dos processos, os fatos devem ser esclarecidos sem quaisquer dúvidas, de modo que os juízes possam proferir sentenças justas. Os fatos alegados em um processo precisam ser demonstrados, e essa



demonstração depende de sua natureza. Quando tais fatos não deixam vestígios materiais e se desvanecem no mesmo instante em que ocorrem, ou logo após, a sua comprovação em juízo só pode ser feita pela prova testemunhal. E o relato pode, por diversas razões, não corresponder fielmente à realidade. Mas, se resultam vestígios duradouros dos fatos ocorridos, com a possibilidade de serem detectados pelos nossos sentidos, o seu exame e registro devem ser feitos obrigatoriamente. E por pessoas tecnicamente capacitadas para fazê-lo.

Hygino de C. Hercules. Perícia e Peritos. Documentos

Médico-Legais. Medicina Legal – Texto e Atlas.

São Paulo: Editora Atheneu, 2005, p. 13.

Com relação aos conceitos de perícia e de perito, bem como à normatização estabelecida no CPP, assinale a alternativa correta.

- a) Quando uma infração deixa vestígios, é necessário o exame de corpo de delito, ou seja, a comprovação dos vestígios materiais por ela deixados torna-se indispensável; a prova testemunhal não pode ser considerada uma alternativa aos vestígios não periciados ou àqueles que se perderam com o decorrer do tempo.
- b) Perito é um auxiliar da justiça, devidamente compromissado, estranho às partes, portador de conhecimento técnico altamente especializado e sem impedimentos para atuar no processo.
- c) A confissão do acusado pode suprir o exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.
- d) Chama-se de corpo de delito direto o realizado pelos peritos sobre os vestígios de infração existentes, e de corpo de delito indireto quando, não existindo esses vestígios materiais, a prova é suprida pela confissão do acusado.
- e) O exame de corpo de delito pode ser solicitado diretamente ao órgão responsável pela perícia pelo advogado procurador da parte interessada.

11. (2017 – FCC – POLITEC-AP - Perito Médico Legista) A perícia médico-legal tem como finalidade o esclarecimento de um fato de interesse da Justiça. Em relação à perícia médica de natureza criminal,

- a) os exames não complexos de lesão corporal devem ser realizados por três peritos concursados a fim de constituir junta médica.
- b) o Perito Médico Legista pode decretar o sigilo de seu laudo médico-legal nas ações penais.
- c) o assistente técnico indicado pelas partes deve ser notificado pelo Delegado de Polícia quando for solicitada perícia médico-legal.
- d) o Perito Médico Legista pode ser solicitado a atuar na fase pré-processual e na fase processual.



e) na falta de Perito Médico-Legista na região, a perícia deve ser realizada pelo assistente técnico da vítima.

12. (2018 – FUMARC – PC-MG - Delegado de Polícia) No que tange à perícia oficial e em acordo com o CPP, é CORRETO afirmar:

- a) É facultada ao acusado a indicação de assistente técnico, após admissão pela autoridade policial.
- b) Entende-se por perícia complexa aquela que abrange mais de uma área de conhecimento especializado.
- c) Faculta-se ao Ministério Público e ao assistente técnico do querelante a formulação de quesitos a qualquer tempo do inquérito policial.
- d) Na falta de perito oficial, qualquer contribuinte poderá exercer o mister, desde que não inadimplente com impostos públicos, e que seja admitido pelo delegado de polícia presidente do inquérito.

13. (2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Médico Legista) O Laudo Pericial deverá ser entregue em um prazo de:

- a) 30 dias, impreterivelmente.
- b) 10 dias, prorrogável por mais 10 por requerimento do Delegado.
- c) 10 dias, prorrogável por requerimento do Juiz.
- d) 30 dias, prorrogável por requerimento do Perito.
- e) 10 dias, prorrogável por requerimento do Perito.

14. (2016 – CESPE – POLÍCIA CIENTÍFICA-PE - Perito Papiloscopista) Acerca da perícia médico-legal, assinale a opção correta.

- a) O material sobressalente analisado na perícia inicial de laboratório deverá ser descartado após a conclusão desta.
- b) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.
- c) O exame de corpo de delito é privativo do perito oficial.
- d) Preferencialmente, a autópsia deverá ser feita imediatamente após o óbito.
- e) Obrigatoriamente, a autópsia tem de incluir os exames externo e interno do cadáver.

15. (2015 – FUNIVERSA – SPTC-GO - Médico Legista) Considerando os conceitos de perícia e de perito, bem como a normatização estabelecida no CPP, assinale a alternativa correta.



- a) A detecção de vestígios do crime nas coisas não é exame de corpo de delito.
- b) O exame de corpo de delito só poderá ser feito por via direta.
- c) A autópsia será feita pelo menos 6 horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.
- d) O exame de corpo de delito, em questões médico-legais, só poderá ser feito nas dependências dos Institutos de Medicina Legal ou dos hospitais públicos durante o correr do dia solar.
- e) Exame de corpo de delito é a procura de vestígios do crime no corpo humano.

16. (2017 – FCC – POLITEC-AP - Perito Médico Legista) A necropsia forense pode fornecer diversos elementos de interesse à justiça. Em relação aos exames necroscópicos realizados no Instituto Médico Legal,

- a) nos casos de morte violenta, quando não houver infração penal a apurar, o exame interno do cadáver não é obrigatório.
- b) o exame necroscópico deve ser realizado pelo menos oito horas depois do óbito, aguardando a rigidez completa e fixação da mancha de hipóstase.
- c) a necropsia de cadáveres fragmentados deve se limitar à identificação dos fragmentos, visto que o esquartejamento e o espostejamento impedem outros tipos de análises. (...)

17. (2018 – CESPE – Polícia Federal - Perito Criminal) Julgue o próximo item de acordo com os preceitos éticos e legais a serem seguidos pelo perito na área da medicina. Segundo o Código de Processo Penal, o exame cadavérico, em casos de morte violenta, é obrigatório e deverá ser realizado preferencialmente por perito oficial, sendo obrigatória, nesses casos, a inspeção tanto externa quanto interna do corpo, o que será detalhado e, se possível, ilustrado, no respectivo laudo pericial.

18. (2018 – VUNESP – PC-BA - Delegado de Polícia) Jovem do sexo masculino é encontrado morto no seu quarto, aparentemente um caso de suicídio por enforcamento. Logo ao chegar no local de morte, a equipe pericial encontra a vítima na cama, com o objeto usado como elemento constritor removido. Nessa situação, o perito criminal deve

- a) avaliar detalhadamente o local, buscar pistas de envolvimento de terceiros, não realizar o exame pericial do cadáver e registrar a alteração notada no laudo final.
- b) fazer o boletim de ocorrência com a alteração notada, isolar e preservar o local de morte, e solicitar o envio de equipe pericial do instituto médico-legal para realização de perícia conjunta.
- c) informar à autoridade policial sobre a alteração do local de morte, emitir o laudo de impedimento e determinar a remoção imediata do cadáver para o instituto médico-legal.



d) realizar o exame externo do cadáver, de tudo que é encontrado em torno dele ou que possa ter relação com o fato em questão, e registrar no laudo a alteração notada no local de morte.

e) realizar o registro fotográfico do local, investigar as circunstâncias da morte, não realizar o exame pericial do cadáver, coletar o provável instrumento utilizado e descrever no laudo a alteração do local de morte.

19. (2017 – FUNDATEC – IGP-RS - Perito Médico Legista) O Artigo 164 do Código de Processo Penal versa sobre as fotografias obrigatórias para locais de crimes com cadáveres. Sobre esse assunto, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados.

b) Na medida do possível, todas as lesões externas observadas durante o exame perinecropsológico do cadáver deverão ser fotografadas.

c) A fotografia é um importante recurso visual que em muito auxilia o Perito Criminal em seu trabalho e aos demais usuários do Laudo.

d) O registro fotográfico de todas as tatuagens e cicatrizes é obrigatório, mesmo em vítimas identificadas.

e) Devem ser fotografados, na medida do possível, todos os vestígios deixados no local do crime.

20. (2016 – CESPE – POLÍCIA CIENTÍFICA-PE - Perito Papiloscopista) A respeito da perícia médico-legal, assinale a opção correta.

a) É inadmissível a atuação de mais de um perito oficial e de um assistente técnico por perícia.

b) No processo judicial que demande a realização de perícia médico-legal, a decisão do juiz deverá ser tomada com base no laudo dessa perícia.

c) O juiz é a única autoridade competente para negar a realização de perícia em qualquer circunstância.

d) Quando o primeiro exame pericial for incompleto para a avaliação das lesões corporais, a decisão de realização de exame complementar será privativa do juiz.

e) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, a falta de exame complementar poderá ser suprida pela prova testemunhal.

21. (2015 – FUNIVERSA – SPTC-GO - Médico Legista) O exame de corpo de delito complementar será realizado

a) 30 dias após a realização do primeiro exame.

b) 30 dias após a data da agressão sofrida pela vítima.



- c) 60 dias após a agressão, quando a lesão for deformante.
- d) quando o médico-legista determinar no primeiro exame.
- e) por determinação da autoridade judiciária nos casos de inexistência de vestígios para a comprovação de um delito.

22. (2018 – INSTITUTO AOCP – ITEP-RN - Perito Criminal - Química) O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (e alterações), representa os ritos da processualística criminal brasileira. Nesse Código de Processo Penal, há previsão de alguns exames periciais específicos. Assinale a alternativa na qual constam apenas exames periciais expressamente previstos no Código de Processo Penal.

- a) Exame em letra e firma em documentos particulares, perícias de laboratório, exame de local, exame de instrumentos empregados para a prática de crime, verificação da causa de incêndios.
- b) Exame para reconhecimento de escritos, descrição de vestígios nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, identificação de elementos que apontem a atividade de hackers.
- c) Perícias de laboratório, microcomparação balística, verificação do local onde um incêndio começou.
- d) Eficácia de arma de fogo, confronto de voz, extração de dados de discos rígidos, estimativa de área ambiental degradada.
- e) Exame de reconhecimento de escritos, perícias de laboratório, microcomparação balística e confronto de voz.

23. (Agente de Polícia – PC SC – ACAFE) Considerando as disposições do Código de Processo Penal relativas à prova, assinale a alternativa correta.

- A) Serão sujeitos a exame os instrumentos empregados para a prática da infração, a fim de se lhes verificara propriedade.
- B) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor.
- C) Proceder-se-á, necessariamente e em qualquer hipótese, a avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime.
- D) O juiz que não possuir conhecimento específico quanto ao objeto da perícia ficará adstrito ao laudo elaborado pelo perito oficial.
- E) O juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes quando não for necessária ao esclarecimento da verdade, inclusive no caso de exame de corpo de delito.



24. (ACAFE - 2014 - PC-SC - Agente de Polícia) Considerando as disposições do Código de Processo Penal relativas à prova, assinale a alternativa correta.

- A) Serão sujeitos a exame os instrumentos empregados para a prática da infração, a fim de se lhes verificara propriedade.
- B) Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor.
- C) Proceder-se-á, necessariamente e em qualquer hipótese, a avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime.
- D) O juiz que não possuir conhecimento específico quanto ao objeto da perícia ficará adstrito ao laudo elaborado pelo perito oficial.
- E) O juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes quando não for necessária ao esclarecimento da verdade, inclusive no caso de exame de corpo de delito.

25. (FCC - 2014 - TRF - 4ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária) No tocante à prova, de acordo com o Código de Processo Penal,

- A) durante o curso do processo, é vedada às partes a indicação de assistentes técnicos.
- B) o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados sempre por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.
- C) durante o curso do processo judicial, quanto à perícia, é permitido às partes requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova, mas não para responderem a quesitos.
- D) quando a infração deixar vestígios, será necessário o exame de corpo de delito, mas a confissão do acusado pode supri-lo.
- E) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão, exclusivamente, nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

26. (Aroeira - 2014 - PC-TO - Escrivão de Polícia Civil) Nos termos do Código de Processo Penal, os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, e responderão aos quesitos formulados. Ressalvada a possibilidade de prorrogação, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos, o laudo pericial será elaborado no prazo máximo de

- A) 05 dias.
- B) 10 dias.



- C) 15 dias.
- D) 30 dias.

27. (VUNESP - 2014 - TJ-RJ - Juiz Substituto) No processo penal, o perito

- A) deve prestar compromisso para cada trabalho, ainda que seja perito oficial.
- B) deve, quando trabalha em dupla, chegar a um consenso com seu colega acerca do objeto da perícia, não podendo apresentar laudo divergente em separado.
- C) pode ser ouvido em audiência e pode, inclusive, ter determinada sua condução coercitiva.
- D) pode ser considerado suspeito, mas nunca impedido.

28. (Perito Criminal - PI - 2008) Entre as alternativas abaixo, assinale a correta:

- A) Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos não poderão juntar ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados, mas tão somente se ater à descrição precisa das lesões.
- B) Nos casos de morte violenta, conforme a legislação processual penal, não bastará o simples exame externo do cadáver, os legistas deverão realizar a necropsia com a abertura das três cavidades.
- C) O laudo pericial de necropsia será elaborado no prazo máximo de 10 (dez) dias, não podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, mesmo a requerimento dos peritos.
- D) O exame de corpo de delito relativo à morte violenta não poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora, mas tão somente no período diurno.
- E) A autópsia será feita pelo menos 6 (seis) horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

29. (Perito Criminal - Políucia Civil - PB - 2009) Com relação à forma das provas, assinale a opção correta.

- A) Considere que um projétil foi, comprovadamente, expelido pelo cano de uma arma de fogo, tendo sido tal arma apreendida pela polícia. Seguramente, a identificação do proprietário dessa arma indica o autor do disparo.
- B) Vestígio é a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autoriza, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.
- C) Uma impressão digital presente e registrada em um copo localizado sobre uma mesa em um prédio onde foi cometido um homicídio, identificada como tendo sido ali deixada pelo dedo da mão de determinada pessoa, é um indício que faz necessariamente prova de que essa pessoa foi a autora desse crime.



D) Presunção é o juízo, a opinião pessoal, a convicção ou a suspeita que se formam em nossa consciência, da existência real de um fato, ou circunstância, desconhecidos, ante outros fatos ou circunstâncias conhecidas, que, por sua natureza, devam ou possam estar relacionados com o fato que se desconhece.

E) Sob o ponto de vista criminalístico e processualístico, indícios e vestígios são palavras sinônimas.

30.(Fotógrafo Criminalístico PCGO - 2011) A prova pericial é uma prova técnica, uma vez que pretende atestar a existência de fatos cuja certeza, segundo a lei, somente seria possível a partir de conhecimentos específicos. Acerca da prova pericial, é correto afirmar que

A) deverá ser produzida por pessoas treinadas, sem a necessidade de habilitação na área.

B) a prova pericial é um meio utilizado para o esclarecimento dos fatos, tanto na demonstração da própria materialidade da infração penal por meio do exame de corpo de delito, como também na comprovação de outros dados importantes na apuração da verdade.

(C) corresponde aos modos pelos quais as provas praticamente se produzem. Tomando-se por base os gêneros de provas, constituem prova pericial de sua concretização: a prova oral ou vocal; a pessoa testemunhal; o depoimento pessoal; a prova literal ou escrita; a documental (documentos públicos e privados); a pericial (exames, vistorias e arbitramento); a prova circunstancial (direta e indireta); as presunções; os indícios.

(D) a prova consiste na demonstração de inexistência daquilo que se alega como fundamento do direito que se defende ou que se contesta.

(E) para auxiliar as partes em um processo, nas questões técnicas, poderá haver o profissional denominado auxiliar pericial.

31.(Universa - Perito Criminal - GO - 2010) Provar se houve ou não a infração penal, demonstrar a ação do sujeito ativo na ação penal, fornecer subsídios de conhecimento técnico, científico e artísticos necessários à tipificação penal, comprovar o nexo de causalidade entre o sujeito ativo e a infração penal trata-se de

(A) requisição de exames de corpo de delito.

(B) modalidades de exames de corpo de delito.

(C) isolamento e preservação de local de crime.

(D) importância do exame de corpo de delito.

(E) classificação de local de crime.

32. (FUNCAB - 2013 - PC-ES - Perito em Telecomunicação) Exceto quando os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes deste prazo, a autópsia deverá ser realizada pelo menos:



- A) 4 (quatro) horas após o óbito.
- B) 6 (seis) horas após o óbito.
- C) 8 (oito) horas após o óbito.
- D) 12 (doze) horas após o óbito.
- E) 24 (vinte e quatro) horas após o óbito.

33. (PC-MG - 2011 - PC-MG - Delegado de Polícia) Sobre a prova pericial é INCORRETO afirmar:

- A) O exame de corpo de delito deverá ser assinado por 2 (dois) peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.
- B) O exame de corpo de delito poderá ser realizado qualquer dia e horário, inclusive aos domingos.
- C) A autópsia será realizada, em regra, 6 (seis) horas após o óbito.
- D) Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia.



GABARITO



1. C
2. E
3. C
4. A
5. B
6. A
7. A
8. C
9. C
10. B
11. D
12. B
13. E
14. B
15. C
16. A
17. E
18. D
19. D
20. E
21. B
22. A
23. B
24. B
25. E
26. B
27. C
28. E
29. D
30. B
31. D
32. B
33. A



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.